

## **A GESTÃO DEMOCRÁTICA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO ESCOLAR.**

### **RESUMO**

O artigo tem como objetivo descrever a gestão democrática na construção coletiva do projeto político pedagógico no planejamento e avaliação escolar, como requisito do curso de Pós-graduação Lato Sensu-Gestão Escolar. Inicialmente apresentar alguns elementos básicos para a elaboração e gestão democrática do projeto político-pedagógico no planejamento e avaliação escolar.

**Palavras chave:** Gestão Democrática. Projeto Político Pedagógico-PPP. Gestão. Avaliação.

### **THE DEMOCRATIC MANAGEMENT OF THE PEDAGOGICAL POLITICAL PROJECT IN SCHOOL PLANNING AND EVALUATION.**

#### **ABSTRACT**

The article aims to describe the democratic management in the collective construction of the political pedagogical project in school planning and evaluation, as a requirement of the Postgraduate course Lato Sensu-School Management. Initially present some basic elements for the elaboration and democratic management of the political-pedagogical project in the school planning and evaluation.

**Key words:** Democratic Management. Political-Pedagogical Project-PPP. Evaluation. Management.

<sup>1</sup>Pedagoga, Especialista em Educação, Psicopedagoga, Gestora Escolar.  
[marineslemes@hotmail.com](mailto:marineslemes@hotmail.com)

## **1 INTRODUÇÃO**

O artigo tem como objetivo, resumir alguns tópicos básicos para a elaboração e gestão democrática do projeto político-pedagógico no planejamento e avaliação escolar. Para a elaboração de um projeto político pedagógico e a gestão democrática no planejamento escolar, devemos ter um processo com objetivos claros e linhas de ação alcançáveis, a fim de torná-lo viável.

Entretanto, não esquecendo que temos que relacionar os interesses profissionais da educação, somados à comunidade escolar, visando uma transformação social. Ter instrumentos de avaliação permanentes em seu acompanhamento é essencial, uma vez que deve ser analisado por todos que dá sua construção coletiva participaram.

A Educação Nacional ao longo da história precisa ser analisada de como estrutura dos sistemas de ensino foi modificada a fim de compreender os limites e as possibilidades existentes na forma como está constituída atualmente, em dois níveis educação básica e educação superior. A educação básica divide-se em três etapas educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Sendo que cada um destes níveis possui características específicas e, para compreende-las, é fundamental o conhecimento acerca dos dispositivos legais presentes na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN nº 9.394 de 1996.

## **2. GESTÃO DEMOCRÁTICA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO ESCOLAR.**

### **2.1.GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR**

A gestão democrática escolar decorre do próprio sentido é a própria razão de ser da escola- é da educação escolar especificidade, no trabalho de garantir educação básica de qualidade a todos os cidadãos, não se realiza sem que haja um trabalho compartilhado, uma gestão democrática. A construção de uma gestão democrática e participativa é a condição *sine qua non* para qualidade social, cultural, ética, política, estética, administrativa e financeira no interior de uma instituição educativa.

Uma administração participativa, assim entendida, será politicamente efetiva e culturalmente relevante na medida em que ela afetar o poder de decisão nos vários aspectos e níveis que tem relação com a formulação política, a organização escolar, o conteúdo e o método de trabalho na sala de aula, na Escola, no município, no Estado, no Governo Federal e na iniciativa privada, confessional ou produtiva...Se assim não for a escola e a universidade, correrão o risco da mistificação e da falácia da participação aparente ou da pseudoparticipação que se reduz, na prática, aos aspectos de natureza tática e comportamental, desprovidos de perspectiva histórica e conteúdo cultural e político.(SANDER,1984,p.149-150).

Assim, de acordo com Cury (2002, p.165), conceituando gestão tem-se: [...] a geração de um novo modo de administrar uma realidade que é em si mesma democrática, já que se traduz pela comunicação, pelo envolvimento coletivo e pelo diálogo.” O termo gestão está relacionado ao termo democracia.

Gestão na Educação destacamos três instâncias, que ocorrem de maneira integrada e concomitante, devendo funcionar harmonicamente e priorizar o processo de ensino-aprendizagem:

**Gestão Administrativa/Financeira** – administra a parte física, prédio, equipamentos, materiais; e a parte institucional, legislação escolar e atividades de secretaria. As especificidades estão descritas no Projeto Político Pedagógico e no Regimento Escolar.

**Gestão de Recursos Humanos/Gestão de Pessoal** - envolve equipe escolar, estudantes e comunidade, e trabalha as formas de trabalho, relacionamento. Documento que orienta essa instância é o Regimento Escolar, que especifica os direitos, deveres e atribuições de pais, professores, estudantes, funcionários e direção.

**Gestão Pedagógica** – É a vertente mais importante da gestão. Gere a área educativa da educação escolar, elabora os conteúdos curriculares; estabelece objetivos e princípios para o ensino acompanha e avalia o rendimento das propostas pedagógicas, cumprimento de metas, desempenho dos alunos, do corpo docentes e da equipe escolar. A ações dessa instância são orientadas pelo Regimento Escolar e o Projeto Político Pedagógico da Instituição.

O gestor deve ter claro o funcionamento e as especificidades de cada uma dessas instâncias, sabendo valorizar e orientar, discutindo as relações e, em conjunto, buscar formas de alcançar a melhoria da aprendizagem em sua escola. A escola é uma organização na qual são estabelecidas relações entre diferentes segmentos, é regida por um conjunto de leis, regras, normas e orientações. As instâncias colegiadas podem ser compostas por: Conselhos de Classe; Conselho Escolar; Grêmio Estudantil; Associação de Pais, professores e funcionários.

Segundo Dalben (2004), “o gestor em consonância com seus pares, como professores, pais, estudantes, pedagogos, funcionários e comunidade, deve se organizar de modo a explicitar diferença, clarear conflitos e articular ações”.

## **2.2- POLÍTICA E EDUCAÇÃO**

As relações das políticas públicas com a educação, leis, programas, interferem no cotidiano das escolas.

De acordo com Freire (1995, p.10-11), “para que os seres humanos se movam no tempo o espaço no cumprimento de sua vocação, na realização de seu destino, obviamente não no sentido comum da palavra, como a que se está fadado, como sina inexorável, é preciso que se envolvam permanentemente no domínio político, refazendo sempre as estruturas sociais, econômicas, em que se dão as relações de poder e se geram as ideologias”.

O direito a educação é reconhecido pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, a Declaração Mundial para a Educação para todos, é importante que seja garantido, tem que ser explicitado nas suas leis. Mesmo que as diferenças de ordem econômica e social que existem e vários países entre eles o Brasil.

De acordo com Cury (2002), Marshall propõe que a cidadania é composta de direitos civis, políticos e sociais. Os direitos civis se estabeleceram no século XVIII e vieram garantir a liberdade individual. Os direitos políticos se estabeleceram no século XIX e vieram para garantir a participação nos processos políticos que envolvem o poder. Já os direitos sociais aparecem no século XX, objetivando o bem-estar econômico, social e cultural, como garantias de viver de forma digna.

O direito a educação surge inserido no âmbito dos direitos sociais, em que o cidadão tem acesso aos bens culturais historicamente construídos, de acordo com Cury (1999, p.1), “o cidadão torna-se capaz de se apossar de padrões cognitivos e formativos pelos quais tem maiores possibilidades de participar dos destinos de sua sociedade e colaborar na sua transformação”.

A participação política é constituída pela participação e representação da maioria, a partir do exercício em escolas, partidos, comunidades de bairros etc., de acordo com as necessidades sociais. O importante é como as opiniões são construídas, e como as decisões são tomadas. Conseqüentemente o aumento da capacidade de participação política e de

organização da sociedade civil significa um aumento das bases democráticas. Mesmo que a população esteja mergulhada em um contexto de crescente desigualdade social, fragmentação e burocracia.

Políticas públicas são decisões e ações por um governo ou por um Estado, seja no campo social com vistas ao alcance de objetivos e realizações em comum, seja no campo social, econômico, educacional, de segurança, previdência, habitação, saneamento e saúde.

De acordo com Fernandes, as políticas públicas se manifestam em duas dimensões, a serem observadas a seguir:

[...] costuma-se pensar o campo das políticas públicas unicamente caracterizado como administrativo ou técnico e, assim, livre, portanto, do aspecto "político" propriamente dito, que é mais evidenciado na atividade partidária eleitoral. Esta é uma verdade, dado que apesar de se tratar de uma área técnico-administrativa, a esfera das políticas também possui uma dimensão política, uma vez que está relacionada ao processo decisório. (FERNANDES,2007, p.203).

### **2.3- PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO-PPP**

O projeto político pedagógico é o documento metodológico que direciona o fazer pedagógico, dando o rumo à ação intencional educativa, visando à transformação da realidade; é a identidade, o plano global da escola. Estabelece princípios, propostas de ação e diretrizes a fim organizar e sistematizar as atividades desenvolvidas no interior da escola e define as concepções de homem: conhecimento, mundo, educação, cidadania, cultura, ensino, aprendizagem e avaliação e que se pretende alcançar. O processo de construção do projeto político pedagógico deve ser permanente e resgatar a escola como um espaço de debate, diálogo e reflexão coletiva, na busca da autonomia escolar e da melhoria na qualidade do ensino.

Conforme Freitas (2004, p.69):

O projeto político pedagógico não é uma peça burocrática e sim um instrumento de gestão e de compromisso político e pedagógico coletivo. Não é feito para ser mandado para alguém ou algum setor, mas sim para ser usado como referência para as lutas da Escola. É um resumo das condições e funcionamento da escola e ao mesmo tempo um diagnóstico seguido de compromissos aceitos e firmados pela escola consigo mesma- sob o olhar atento do poder público.

Assim, descrito o projeto político pedagógico tem como atribuição deliberar questões administrativas, pedagógicas, financeiras, políticas, gerenciais e todas as ações que garantam as reais funções da escola. Se atribui também a representação de todas as diferentes instâncias que permeiam e margeiam a comunidade escolar local. Espaço de participação e decisão, no qual serão registradas as diretrizes das negociações e encaminhamentos educacionais discutidos coletivamente. Um documento que representa a democratização escolar em sua forma plena.

Segundo Gadotti (1994, p.33):

A crise paradigmática também atinge a escola e ela se pergunta sobre si mesma, sobre seu papel como instituição numa sociedade pós-moderna e pós-industrial, caracterizada pela globalização da economia e das comunicações, pelo pluralismo político, pela emergência do poder local. Nessa sociedade cresce a reivindicação e o desejo de afirmação da singularidade de cada região, de cada língua etc.

Na construção do projeto político pedagógico-PPP, projeto da escola algumas questões necessitam ser observadas atentamente em relação aos sujeitos que se quer formar, aos conhecimentos que se quer ensinar, à sociedade que se quer para viver.

É fundamental que o documento descreva os princípios norteadores que estão contemplados na LDB nº 9394/96, no seu Art. 3º:

- I. igualdade de condições para acesso e permanência na escola;
- II. liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III. pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;
- IV. respeito a liberdade e apreço a tolerância;
- V. coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI. gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII. valorização do profissional da educação escolar;
- VIII. gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação do sistema de ensino;
- IX. garantia do padrão de qualidade;
- X. valorização da experiência extracurricular;
- XI. vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais [...]

A gestão do projeto político pedagógico, é a questão da avaliação. Para retratar a sua importância, Luckesi diz a esse respeito:

A avaliação poderia ser compreendida como uma crítica de percurso de ação, seja ela curta, seja prolongada. Enquanto o planejamento dimensiona o que se vai construir, a avaliação subsidia essa construção, porque fundamenta novas decisões. [...] a avaliação como crítica de percurso é uma ferramenta necessária ao ser humano no processo de construção dos resultados que planejou produzir, assim como o é no redimensionamento da direção da ação. (LUCKESI, 1998, p. 116-118).

A construção do projeto político pedagógico -PPP demanda princípios democráticos e socializadores. Um deles é o princípio de interdisciplinaridade, cujas concepções são: materialistas históricas, de diversidade, cidadãs, de pesquisa e das práxis, além das filosóficas, epistemológicas, antropológica, sociológicas, políticas e éticas. Outros princípios norteadores são os da integração, da igualdade, da qualidade, da liberdade e da valorização dos docentes.

## **2.4- PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO ESCOLAR**

### **2.4.1- Planejamento**

Planejar e avaliar são processos utilizados em nossas atividades diárias e que estão diretamente ligados entre si. É instrumento essencial para o professor quanto para o gestor, pois nos mostra a direção a seguir, estabelecendo metas, diretrizes e prioridades o que proporciona uma visão estratégica da escola.

Planejamento estratégico, o planejamento de uma instituição escolar compõe-se de vários níveis distintos, adaptáveis aos fins a que ele se propõe.

Ele pode ser subdividido em três tipos diferentes: estratégico, tático e operacional. Segundo Oliveira (2010), esses níveis ficariam assim distribuídos na pirâmide organizacional.

- 1 - Nível estratégico.
- 2 - Nível tático.
- 3 - Nível operacional.

No primeiro nível, o estratégico, a instituição escolar procura quais fins e metodologias deve escolher e estabelecer, para se por na direção mais apropriada nos tempos seguintes, levando em conta a interação com fatores externos, tais como: governo, concorrentes, famílias, mercado de trabalho, entre outros. O planejamento estratégico é da competência do alto escalão da instituição escolar. No segundo nível, o tático, a instituição escolar escolhe uma de suas áreas funcionais a receber apoio especial, por ser parte de seu planejamento estratégico. A área financeira, o corpo docente e técnico, o corpo discente, o mercado de trabalho, as famílias e a organização da instituição podem ser alvo de mudança, investimento e melhoria, em consonância com o planejamento estratégico (Oliveira, 2010). No terceiro nível, o operacional, a instituição escolar produz documentos escritos que servirão de suporte e norte para o planejamento estratégico e tático estabelecido. Nesse momento, são previstos os recursos necessários para alcançar as metas propostas. Do mesmo modo, são os procedimentos básicos a serem adotados, tais como, os resultados esperados ao final, os prazos combinados e os responsáveis pelo acompanhamento das etapas que comporão as realizações da instituição. Traçado o rumo maior, resultado de uma escolha consciente da instituição escolar, uma agenda de longo prazo é estabelecida, a qual absorverá toda a atenção e esforço dispendido no tempo presente e futuro. Esse compromisso institucional mobiliza os potenciais da organização como um todo para alcançar os fins propostos, contando com os recursos disponíveis. O planejamento estratégico tem um alcance longitudinal na instituição escolar, o que implica em abandonar mudanças recorrentes, como aquelas que são resultado de alternância política. De não menor importância, a priorização de alguma área interna para investimento e apoio é decisiva, sabendo que ela deve ser estratégica para a consecução das metas maiores estabelecidas. Por exemplo, se o investimento maior for colocado na formação continuada do corpo docente, para melhorar o desempenho dos alunos nas avaliações acadêmicas estabelecidas pelo governo federal, a instituição escolar deverá fazer adaptações em vários setores internos. O calendário, os recursos humanos, financeiros e pedagógicos estarão implicados de maneira especial.

De acordo com Libâneo (1991, p.223), as funções do planejamento são:

- Explicitar diretrizes e procedimentos do trabalho docente;
- Expressar vínculos entre posicionamento filosófico, político-pedagógico, profissional e as ações afetivas;
- Assegurar racionalização, organização e coordenação do trabalho;

- Prever objetivos, conteúdos e métodos;
- Assegurar unidade e coerência;
- Atualizar ações;
- Facilitar a preparação da ação.

O planejamento é um instrumento orientador das atividades educacionais como um todo. Libâneo (1991) aponta os principais requisitos para planejamento:

- Objetivos e tarefas da escola democrática- em um primeiro momento é importante estabelecer onde se quer chegar, que direção a instituição educativa pretende tomar, que indivíduos quer formar e para qual sociedade. A escola deve propiciar uma educação com qualidade para todos os estudantes, assegurando a construção com qualidade para os estudantes, assegurando a construção do conhecimento de forma crítica e consciente, além de envolver a comunidade educativa como um todo nas decisões e ações da instituição.
- Exigências de planos e programas oficiais – O poder público tem inúmeras responsabilidades com a educação, entre elas podemos citar o provimento de recursos financeiros e materiais, a elaboração de programas oficiais que refletem uma base comum, que deve ser seguida em todo país. Ou seja, são diretrizes gerais utilizadas como referenciais para construção do plano das instituições e de professores que convertem aqueles, realizando um paralelo com a realidade, exigências e especificidades locais;
- Condições prévias dos estudantes para aprendizagem- Conhecer os estudantes, suas experiências, conhecimentos, condições de rendimento, habilidades, problemas e a realidade em que estão inseridos são tarefas essenciais para o professor e a escola. Essas são situações que devem basear o fazer pedagógico para o trabalho da instituição e do professor.
- Princípios e condições do processo de transmissão e assimilação ativa dos conteúdos- Observar em quais condições a escola está inserida, o que precisa e pode melhorar, que ferramentas dispõem para o desenvolvimento do trabalho, qual é o papel de cada um, são situações que devem ser observadas na construção e no desenvolvimento de um planejamento.

## 2.4.2 Avaliação

A avaliação é um ato de extrema importância com a finalidade de reorganizar processos internos das instituições de ensino. Por meio da avaliação a escola pode refletir de seus resultados educacionais, observando questões como rendimento, frequência dos estudantes, metodologias utilizadas e satisfação da comunidade.

A avaliação da instituição deve estar comprometida com a apropriação do conhecimento pelo estudante, com o processo de ensino-aprendizagem, clareando os problemas, redimensionando os entraves e melhorando a qualidade do ensino.

De acordo com Fernandes (2002, p.114-115), a avaliação “implica em um debate ético e político sobre os meios e os fins da educação. Assim, ela poderá ser um instrumento poderoso no processo de reconstrução da educação brasileira”. É importante que a escola avalie o seu trabalho como um todo, desde os estudantes, passando pelos pais, comunidade, desempenho dos professores.

São itens a serem considerados no processo de avaliação da instituição:

- A forma participativa de construção do Projeto Político Pedagógico-PPP, do Regimento Escolar, bem a forma com que as decisões são tomadas;
- Atuação dos órgãos colegiados como conselho de escola, grêmios estudantis, Associação pais professores e funcionários, o relacionamento e a integração com a comunidade;
- Proposta Curricular;
- Aprendizagem dos estudantes;
- Metodologias de ensino
- Planejamentos;
- Organização do espaço e tempo escolares;
- Processos de inclusão;
- Valorização do professor na escola;
- Recursos físicos e financeiros, entre outros.

### **3. METODOLOGIA**

Foram realizadas pesquisas bibliográficas. Leituras para aprofundamento teórico para embasamento do artigo.

As fontes bibliográficas usadas são confiáveis, são de autores que já pesquisaram e publicaram sobre o mesmo assunto. E foram obtidas a partir de trabalhos de outros pesquisadores; a pesquisa em dados secundários feita em livros científicos, teses, dissertações, monografias, periódicos científicos, sites.

Segundo FACHIN :

O Capítulo 7 destina-se à pesquisa bibliográfica. É uma atividade intelectual que permite ao pesquisador o levantamento das obras de seu interesse. As informações poderão ser adquiridas por fontes primárias ou secundária ou, ainda, por intermédio de material disposto no computador. Seja qual for é um procedimento que exige do pesquisador os métodos racionais de forma reflexiva e sistemática. Tal pesquisa pode ser realizada independentemente ou como suporte para o desenvolvimento de outros tipos de pesquisas. Contudo, deve-se seguir um planejamento que se desenvolva por meio de várias fases. (FACHIN, 2006, p. 116-118).

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando que a gestão da escola, no contexto da construção coletiva do Projeto Político Pedagógico-PPP é um processo compartilhado, é expressão prática educativa, que atenda à democracia e a sociedade é, eminentemente, mediação, não tem um fim em si mesmo. O administrativo é, por excelência, pedagógico em uma visão da administração da educação nas instituições públicas e privadas. Os desafios, o perfil do gestor escolar, as tendências antagônicas no ambiente da educação, a elaboração e as interligações do PPP é determinado, em sua estrutura, pela visão que a escola tem de sua função, enquanto a função da escola é determinada pela compreensão que ela tem de educação, de pessoa humana e de sociedade.

Análises realizadas neste artigo, que as políticas públicas e educacionais oficializam a descentralização da gestão escolar, abrindo caminho a participação da comunidade. Assim todos os envolvidos no processo educacional devem desempenhar seu papel como sujeitos politicamente organizados. Podendo assumir as funções de dirigentes, articuladores, mediadores e interlocutores nos diversos segmentos da comunidade escolar. Visão política tanto no papel de liderança do gestor quanto nos planejamentos e execuções necessárias na busca por uma escola de qualidade.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, I. B. de; LIMA, M. C. M. **Manual para elaboração e apresentação de trabalhos científicos**: artigo científico. Campos dos Goytacazes: Fundação Benedito Pereira Nunes, 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 6022**: informação e documentação: apresentação de artigo em publicação periódica científica impressa. Rio de Janeiro, 2002.

BRUEL, Ana Lorena de Oliveira- **Políticas e Legislação da Educação Básica no Brasil**-Curitiba: Intersaberes,2012.

CAMPOS, Casemiro de Medeiros- **Gestão Escolar e Inovação: reflexões sobre avaliação, o currículo e a docência** – Curitiba, Editora Melo, 2010.

FRANÇA, J. L.; VASCONCELLOS, A. C. de. **Manual para normalização de publicações Técnico–Científicas**. 8. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

FREITAS, L. A. de. **A importância da revisão de texto nos trabalhos acadêmicos**. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-importancia-da-revisao-de-texto-nos-trabalhos-Academicos/58385/>>. Acesso em 31 jan. 2012.

FREITAS, de Jesus, Osvaldo, DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO - PPP - **Ao Planejamento Estratégico Escolar - PEE** - Revista de Gestão e Avaliação Educacional <https://periodicos.ufsm.br/regae/article/download/17081/pdf>

INSTITUTO Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. **ISSN**. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.ibict.br/secao.php?cat=ISSN>>. Acesso em: 30 jan. 2012.

KLIPPEL, Sandra Regina; WITTMANN,L.C. **A Prática da Gestão democrática no ambiente escolar** -Curitiba: Intersaberes.2012

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

MAIA, Benjamin Perez; COSTA, M.T.de Andrade. **Os Desafios e as superações na construção do projeto político pedagógico**. Curitiba:Intersaberes.2013.

MUELLER, S. P. M. O impacto das tecnologias de informação na geração do artigo científico. **Ciência da informação**, Brasília, DF, v. 23, n. 3, p. 309-317, 1994.

SANTOS, G. do R. C. M.; MOLINA, N. L.; DIAS, V. F. D. **Orientações e dicas práticas para trabalhos acadêmicos**. Curitiba: Ibpex, 2008.

PPGTU – PUCPR. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**. Instruções para autores. Disponível em: <[http://www.pucpr.br/curso/s/programas/ppgtu/urbe\\_instrucoes\\_autores.pdf](http://www.pucpr.br/curso/s/programas/ppgtu/urbe_instrucoes_autores.pdf)>. Acesso em: 31 jan. 2012.

RODRIGUES, S. B. **Artigos em eventos científicos sobre o ensino religioso no período de 1995 a 2010**. 125 f. Curitiba, 2011. Dissertação (Mestrado em Teologia). Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

UNIVERSIDADE DO AMAZONAS – UEA. **Artigo científico**. Disponível em: <[www2.uea.edu.br/data/noticias/download/14487-1.doc](http://www2.uea.edu.br/data/noticias/download/14487-1.doc)>. Acesso em: 31 jan. 2012.